

Leonidas diz que cassados "não têm direito nenhum"



O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, na Base Aérea de Brasília

Da Sucursal de Brasília

O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, disse ontem que não acha justo "que 140 milhões de habitantes deste país vejam a Constituinte parar na beira da estrada para tratar dos problemas desta minoria que não tem nenhum direito", referindo-se aos militares cassados por atos administrativos cassados desde 1946. Ele disse ainda ter certeza de que a questão da anistia aos militares permanecerá como foi aprovada nas Disposições Transitórias (os textos do Centrão e da Comissão de Sistematização são idênticos neste ponto), porque ela não poderia ter sido "mais generosa e mais magnânima".

Os projetos do Centrão e da Comissão de Sistematização dizem que é concedida anistia a todos os servidores públicos civis e militares

que tenham sido cassados por razões políticas desde 18 de setembro de 1946. Estão asseguradas as promoções a que teriam direito se estivessem na ativa. O que os ministros militares não aceitam é a reintegração dos cassados nem o pagamento correspondente ao período em que não trabalharam.

"Nós não temos mais problema de anistia, nós temos problemas de anistiados", disse Leonidas, pouco após o embarque do presidente José Sarney para os Estados Unidos. Segundo ele, não há interesse institucional nem governamental de se atenderem as reivindicações dos anistiados. Ele disse estar certo de que os pontos de vista dos ministros militares serão vencedores porque seus argumentos são "irrefutáveis" e por que "os constituintes, nas matérias de relevância, tem se

portado da maneira que todos esperamos".

Leonidas ficou irritado quando um jornalista perguntou se poderia haver algum problema institucional, caso a anistia aos militares cassados fosse ampliada pelo Congresso constituinte. "Esta pergunta não tem cabimento", respondeu. O repórter perguntou por que. "Por que é impertinente. Sabe o que quer dizer impertinente? Não tem pertinência", disse. Outro repórter insistiu: "Mas os outros dois ministros...", ao que Leonidas reagiu: "Eles falam o mesmo que eu, não venha fazer fofuquinha entre ministros".

O ministro do Exército disse que a questão da anistia tem duas vertentes: a dos anistiados "que querem mais benesses" e os cassados que ainda querem anistia. Em ambos os casos, disse, "não podemos ceder

mais", porque seria um "exagero que a nação brasileira não resiste". No primeiro caso, por que a União não teria como pagar os atrasados ("não me dei ao trabalho de fazer cálculos, porque eu acho tão impossível de ser atendido que não vou perder meu tempo") e porque a reintegração causaria problemas de natureza hierárquica.

No segundo caso (os que reivindicam a anistia), Leonidas disse que a extensão da anistia levaria os marinha expulsos por atos administrativos a invocarem razões políticas, o que é "uma inverdade". "Nós achamos que é um precedente perigoso, porque todos aqueles que foram postos para fora por atos administrativos vão se julgar com direito ao retorno e às vantagens dos anistiados. E nós vamos ter que arcar com este ônus", afirmou.

Ulysses vê "problemas" em alguns itens das Transitórias

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, disse ontem, pouco depois de assumir interinamente a Presidência da República, que os dispositivos "que não tenham uma significação global", nas Disposições Transitórias, "evidentemente poderão causar problemas para o país". Ulysses admitiu que o ritmo de votações do Congresso constituinte deverá ser reduzido nesta semana, e previu que a promulgação da nova Constituição poderá ser realizada no decorrer do mês que vem.

Ulysses não quis especificar os dispositivos que "não são apropriados" das Disposições Transitórias, por ser o "coordenador da Constituinte". Na última sexta-feira, ele já havia dito que havia "dispositivos muito ruins e que não podem ser aprovados", também de maneira genérica.

Quórum

Sobre o quórum nesta semana (ele só reassume a presidência do Congresso constituinte na quinta-feira), Ulysses disse que na segunda-feira normalmente não há número suficiente na votação e na terça-feira a sessão possivelmente será destinada a homenagear o ex-senador Virgílio Távora (PDS-CE), que morreu sexta-feira passada.

Até meados do mês de março, Ulysses previa que a Constituição poderia ser promulgada no dia 21 de abril. Ontem, ele disse que seria difícil fazer uma nova previsão,

devido aos "imprevistos" (citou a morte de Virgílio Távora). Disse que tem prorrogado as sessões até 22h, mas que às 20h "o quórum cai muito". Depois que reassumir seu posto, disse, insistirá para que as sessões cheguem efetivamente até as 22h e para que haja votações nas segundas e sextas-feiras, dias em que a frequência normalmente é pequena.

Ulysses afirmou também que eventualmente poderão ser realizadas sessões aos sábados e domingos, para que a Constituição esteja pronta no mês que vem.

Eleições municipais

Como na última sexta-feira, Ulysses tomou a iniciativa de falar sobre as eleições municipais previstas para novembro próximo. Disse que elas não deverão ser adiadas, "porque eleição não é problema, eleição é solução".

Ulysses admitiu que dificilmente a anistia aos militares será votada esta semana, porque ainda há muitas emendas ao artigo 4º, que fixou o mandato de Sarney em cinco anos e trata também de eleições em outros níveis (a anistia está no artigo 5º).

Bem-humorado, Ulysses começou a entrevista afirmando que era o brasileiro que tinha assumido a Presidência da República por mais vezes (esta é a 11ª vez). Depois, disse aos repórteres que estaria à disposição deles no Palácio do Planalto. "Se não tiver notícia, pelo menos eu dou um cafezinho", afirmou. E ainda se associou às homenagens ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem.

Dívida pública vai aumentar com 'supertrem', afirma Serra

Da Reportagem Local

Para o deputado José Serra (PMDB-SP), o "supertrem da alegria" aprovado juntamente com o mandato do presidente Sarney na votação das Disposições Transitórias da nova Constituição é uma "aliança da prodigalidade promovida pelo Centrão". Segundo o deputado, o Centrão "manteve o que era ruim no projeto original, da Comissão de Sistematização, e piorou muito este projeto, tirando as partes que evitavam o aumento da dívida pública e colocando outras que aumentam as despesas da União".

Colcha de retalhos

As Disposições Transitórias, que deveriam conter apenas os capítulos necessários para garantir a instalação da nova Constituição, tornaram-se, no entender do deputado, um conjunto de reivindicações corporativas, que refletem a descrença dos atuais constituintes em relação a uma mudança na estrutura de poder a ser realizada pela Constituição: "O papel do deputado como intermediário entre a clientela e a burocracia estatal tende a diminuir. Com a nova Carta, os deputados passarão a efetivamente determinar as políticas do Estado." Mas, como eles não acreditam nisso, disse o deputado, "trataram de colocar toda uma série de itens corporativos, com o beneplácito do Centrão".

Para o deputado, vai ser difícil evitar que, na votação, as aberrações e favores diminuam. A seu ver, o projeto do Centrão é uma colcha de retalhos de favores a varejo, e não há tempo nem oportunidade para discutir o mérito de questões muito particulares ali incluídas: "Que constituinte vai ter tempo ou paciência para ter uma opinião em profun-

didade sobre a validade de deixar o Colégio Pedro 2º na área federal?"

Culpa do mandato

As distorções no projeto, segundo José Serra, aconteceram porque o Executivo concentrou-se na questão do mandato, passando por cima de todos os outros pontos da Constituição, inclusive aqueles que poderiam garantir seu melhor funcionamento. Para ter apoio dos deputados na votação do mandato, o Centrão acabou aceitando todas as reivindicações corporativas e fazendo um texto que, na opinião do deputado, tem um único denominador comum: o aumento do déficit público.

"Não deixa de ser curioso que o Centrão seja crítico da prodigalidade do Estado e faça um projeto onde todos os excessos no comportamento do governo são preservados", nota Serra. Para ele, se o projeto do Centrão for totalmente aprovado, o resultado vai ser "a quebra da União". Para Serra, se não fosse o trabalho dos "históricos" do PMDB, que fizeram destaques para votação em separado, essa quebra iria fatalmente ocorrer no ano que vem.

Esse trabalho dos "históricos", segundo Serra, vai provocar outra situação curiosa: "À esquerda, que todos acusam de estatizante e favorável ao déficit, está tentando evitar que as despesas cresçam, contra a vontade dos defensores do governo e a atuação do Executivo".

A preocupação do deputado é de que não haja quórum suficiente para incluir na Carta os itens que permitam a redução de despesas e pessoal da União, sem os quais o déficit público vai aumentar bastante. Ele espera que, para isso, o Centrão mude de posição. "Se isso não acontecer, o Centrão terá criado um grande cartório na economia", disse Serra.